Ministério das Finanças

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

Serviço da Contribuição Predial Rústica

*Declaração a que se referem as alíneas c) e d)
do artigo 4.º do decreto n.º 15:289,
de 30 de Março de 1928*

*Nome da pessoa que recebe foros, censos,
pensões e quinhões impostos em propriedade rústica ...*

*Nomes das pessoas de quem o declarante recebe os foros,
censos, pensões e quinhões
e sua importância em géneros ou dinheiro, conforme o caso*

Nomes	Natureza do domínio	Importâncias

..., ... de ... de 1928.

O Declarante,

Ministério das Finanças

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

Serviço da Contribuição Predial Rústica

*Declaração a que se refere o artigo 2.º
do decreto n.º 15:289, de 30 de Março de 1928*

Nome do proprietário, usufrutuário ou senhorio útil ...

Situação do prédio { Concelho de ...
...º bairro.
Freguesia ...
Localidade ...

Denominação própria quando a tiver ...
Confrontações ...
Qualidade e classificação do terreno, segundo a sua produtividade na região :

Quanto à qualidade :

Bom ? ...
Regular ? ...
Medíocre ? ...

Quanto à classificação :

1.ª classe ? ...
2.ª classe ? ...
3.ª classe ? ...

Área aproximada do prédio que poderá exprimir-se na unidade usada na região ...

Área aproximada ocupada por :

Terra florestal ...
Pousios, pastagens e charnecas ...
Terra destinada a culturas arvenses contínuas e a culturas horticolas ...
Olivais e pomares ...
Vinha ...

Encargos que oneram o prédio provenientes de :

Fôro ? ... Censo ? ... Pensão ? ... Quinhão ? ...
Em géneros ? ... Quais e sua quantidade ? ...
Em dinheiro ? ... Sua importância, ...\$...
Nome da pessoa a quem o ónus é pago ...

..., ... de ... de 1928.

O Declarante,

A preencher na Repartição de Finanças

Nome da pessoa em que o prédio está inscrito na matriz ...
Número da matriz ...
Rendimento colectável corrigido nos termos do artigo 1.º do decreto n.º ..., de ... de ... de 1928, ...\$...
Descrição do prédio com a indicação do seu nome, se o tiver, e todas as confrontações, constante da matriz ...
Área constante da matriz ...
Classe do terreno ...
Foros, censos e pensões que oneram o prédio e nomes e moradas de quem dele tem o domínio ...

Repartição de Finanças do Concelho de ..., ... de ... de 1928.

O Chefe,

Correcções introduzidas na declaração pela comissão revisora, a que se refere o artigo 5.º deste decreto, ou pela Repartição de Finanças.

Decreto n.º 15:290

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições: hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Imposto complementar

Artigo 1.º É extinto, a partir de 1 de Julho de 1926, sem prejuizo portanto das liquidações feitas ou a fazer relativas ao ano de 1925-1926 ou anos económicos anteriores, o imposto pessoal de rendimento criado pela lei n.º 1:368, de 21 de Setembro de 1922.

Art. 2.º Para compensação da receita do imposto extinto pelo artigo anterior é criado um imposto complementar à contribuição predial rústica e urbana, à taxa complementar da contribuição industrial, ao imposto sobre a aplicação de capitais, imposto que será lançado a partir do 1 de Julho de 1927 e nos termos dos artigos seguintes.

Art. 3.º Ficam obrigados ao imposto complementar os contribuintes a quem seja atribuído no respectivo concelho ou bairro um rendimento tributável global sujeito às contribuições e impostos designados no artigo 2.º superior a 7.000\$, sendo só tributada a parte do rendimento que exceda este mesmo limite.

Art. 4.º As taxas do imposto complementar que incidem sobre as fracções do rendimento colectável global são as seguintes:

Para a parte compreendida:

Entre 7.000\$ e 15.000\$ 2%
Entre 15.000\$ e 30.000\$ 2,5%

Entre 30.000\$ e 45.000\$	3 0/0
Entre 45.000\$ e 60.000\$	3,5 0/0
Entre 60.000\$ e 75.000\$	4 0/0
Entre 75.000\$ e 90.000\$	4,5 0/0
Entre 90.000\$ e 105.000\$	5 0/0
Entre 105.000\$ e 120.000\$	5,5 0/0
Entre 120.000\$ e 135.000\$	6 1/0
Entre 135.000\$ e 150.000\$	6,5 0/0
Entre 150.000\$ e 165.000\$	7 0/0
Entre 165.000\$ e 180.000\$	7,5 0/0
Entre 180.000\$ e 200.000\$	8 0/0
Fracção excedente a 200.000\$	8,5 0/0

§ único. O rendimento colectável atribuído às sociedades fica apenas sujeito à taxa única de 4 por cento, mas é tributado pela sua totalidade, sem deducção do mínimo de 7.000\$ a que se refere o artigo 3.º

Art. 5.º O imposto complementar a que se refere o § único do artigo anterior é deduzido do imposto de aplicação de capitais, secção B, a que estiverem sujeitos os dividendos pagos pela mesma sociedade, mas apenas na parte dos lucros respeitantes a estes dividendos.

Art. 6.º Determinada a taxa aplicável pela totalidade do rendimento de cada contribuinte no respectivo concelho ou bairro, far-se há, em cada conhecimento respeitante às diferentes contribuições e impostos a que se refere o artigo 2.º e por que aquele seja tributado, a liquidação da parte correspondente do imposto complementar.

Art. 7.º Sobre os juros e dividendos de títulos estrangeiros pagos em Portugal fica reduzido a 2 por cento o imposto sobre aplicação de capitais.

Art. 8.º Este decreto revoga a legislação em contrário e entra imediatamente em vigor.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 30 de Março de 1928.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—José Vicente de Freitas—Manuel Rodrigues Júnior—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Agnelo Portela—António Maria de Bettencourt Rodrigues—Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa—Artur Ivens Ferraz—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.

Decreto n.º 15:291

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições: hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Contribuição de registo

Contribuição de registo por título gratuito

Artigo 1.º As taxas da contribuição de registo por título gratuito, applicáveis às transmissões de bens operadas depois da entrada em vigor d'este decreto com força de lei, serão as constantes da seguinte tabela:

Nas transmissões	Do 100\$01 a 250\$	Do mais de 250\$ até 5.000\$	De mais de 5.000\$ até 20.000\$	De mais de 20.000\$ até 100.000\$	De mais de 100.000\$ até 500.000\$	De mais de 500.000\$ até 1.000.000\$	Superiores a 1.000.000\$
A favor de descendentes	1 0/0	2 0/0	2,5 0/0	3 0/0	3,5 0/0	4 0/0	5 0/0
A favor de ascendentes	1 0/0	6,5 0/0	7 0/0	7,5 0/0	8 0/0	8,5 0/0	9 0/0
Entre cônjuges	1 0/0	6,5 0/0	7 0/0	7,5 0/0	8 0/0	8,5 0/0	9 0/0
Entre irmãos	1 0/0	10,5 0/0	11 0/0	11,5 0/0	12 0/0	12,5 0/0	13 0/0
Entre parentes colaterais no terceiro grau	1 0/0	15 0/0	15,5 0/0	16 0/0	16,5 0/0	17 0/0	17,5 0/0
Entre outras quaisquer pessoas	1 0/0	25 0/0	26 0/0	27 0/0	28 0/0	29 0/0	30 0/0

§ único. Para o efeito da applicação das taxas nas transmissões cujo valor exceda a 250\$ e não coincida com algum dos limites da tabela, dividir-se há esse valor em duas partes, uma igual ao maior dos limites da tabela que nêle couber, à qual se applicará a taxa correspondente a esse limite, e outra igual ao excedente, a que se applicará a taxa imediatamente superior.

Art. 2.º São isentas de contribuição de registo por título gratuito as transmissões de bens mobiliários ou imobiliários de valor não excedente a 100\$.

Art. 3.º Só quando o valor dos bens transmitidos a cada interessado for superior a 250\$ se liquidará a contribuição de 1 por cento para a Assistência Pública, nos termos do artigo 9.º, n.º 5.º, do decreto de 25 de Maio de 1911.

Art. 4.º Quando, depois de uma transmissão por título gratuito outra se efectuar dos mesmos bens antes de decorridos três anos, ficará a segunda somente sujeita a metade da contribuição de registo que devesse ser liquidada.

Art. 5.º Seja ou não devida contribuição de registo, são sempre obrigatórias a participação e descrição dos bens a que se referem o artigo 14.º do decreto de 24 de Maio de 1911 e os artigos 30.º, 31.º e 32.º do regulamento de 23 de Dezembro de 1899; mas a multa imposta pelo artigo 106.º do mesmo regulamento não será

superior a 10\$, se não houver lugar a pagamento de contribuição de registo.

Art. 6.º Antes de feita a liquidação da contribuição de registo e depois de junta pelo chefe da repartição de finanças a certidão do valor dos bens segundo a matriz, será intimado o contribuinte a declarar se se conforma com esses valores, ou a requerer, em caso contrário, a avaliação dos bens.

Contribuição de registo por título oneroso

Art. 7.º Salvo os casos especiais previstos nos artigos 13.º a 15.º e 17.º d'este decreto com força de lei, é fixada em 10 por cento a taxa de contribuição de registo por título oneroso.

Art. 8.º Nos contratos de permuta de prédios rústicos tomar-se há para base da liquidação a diferença dos valores permutados, segundo a matriz se for igual ou superior à diferença dos valores declarados, pagando toda a contribuição a quele dos contratantes que ficar com os bens de maior valor.

§ único. A disposição d'este artigo não é applicável aos prédios ou parcelas de prédios que tenham aproveitado do benefício concedido pelo artigo 15.º

Art. 9.º Nas arrematações administrativas ou judiciais a contribuição de registo recai sobre o preço da arre